

consequências diversas relacionadas à qualidade de vida e a economia. Segundo Vasconcelos (2006) um carro parado em um engarrafamento, além de não gerar o deslocamento pretendido, gera uma desnecessária emissão de gases nocivos a saúde.

O tempo despendido num engarrafamento ou atraso também é perda de produtividade, aumento de estresse, diminuição de tempo livre. De acordo com Gontijo e Guidi (2013) esse potencial uso de recursos fortalece as relações econômicas e sociais existentes no espaço urbano, além de trazer qualidade de vida ao indivíduo, o que tem como consequência uma maior satisfação, saúde e produtividade.

2.1. MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL NA EUROPA

Segundo a Comissão das Comunidades Européias (2009) as grandes cidades representam pólos de crescimento e emprego, com uma necessidade de sistemas de transporte eficientes para dar apoio à economia e ao bem-estar dos seus habitantes. Por isso as zonas urbanas devem assegurar a sustentabilidade dos transportes em termos ambientais e econômicos, além das demandas sociais, que reinvidicam a humanização das cidades.

Essa humanização pretendida inclui questões que vão desde as respostas aos problemas no domínio da saúde e à evolução demográfica, passando pela promoção da coesão econômica e social, considerando as necessidades das pessoas com mobilidade reduzida, das famílias, idosos e crianças.

O Programa de Ação Europeu para Mobilidade Urbana foi publicado em 2009 pela Comissão Européia, apresentando uma série de ações a serem implementadas na política de mobilidade dos países da comunidade européia, como mostrado na figura 1.

Ações Integradas	Ações Centradas nos cidadãos		Transportes mais ecológicos	Reforço ao financiamento	Partilha de experiências e conhecimento
Mobilidade urbana sustentável	Direitos dos passageiros nos transportes públicos	Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida	Veículos com emissão de poluentes baixos ou nulos	Analisar as necessidades de financiamento futuro	Analisar as necessidades de financiamento futuro
Política regional	Acesso a zonas verdes	Melhorar a informação a viagens	Guia na Internet sobre veículos não poluentes e energeticamente eficientes	Otimizar as fontes de financiamento existentes	Modernizar a coleta de dados estatísticos
Transportes em prol de ambientes urbanos saudáveis	Campanhas sobre comportamentos promotores de mobilidade sustentável	Condução ecológica como parte integrante do ensino da condução	Intercâmbio de informações sobre regimes de tarifação urbana		Criar um observatório de mobilidade urbana

Figura 1 – Programa de Ação Europeu. Fonte: adaptado de Comissão das Comunidades Européias (2009).

O objetivo do documento é definir diretrizes e ajudar as autoridades locais, regionais e nacionais a atingir os seus objetivos no âmbito da mobilidade urbana e também um futuro sustentável para os transportes rumo a um sistema integrado baseado na tecnologia e de fácil utilização.

Complementando o Programa de Ação Europeu, em 2013 foi lançado o Pacote de Mobilidade Urbana pela mesma comissão, que tem como característica marcante o intercambio de boas práticas. Segundo o European Commission (2013), as principais políticas do pacote são:

- Partilhar experiências e divulgar melhores práticas;
- Apoio financeiro específico;
- Investigação e inovação;
- Envolver os Estados-Membros e trabalhar em conjunto.

A primeira ação, definida como *partilhar experiência e divulgar melhores práticas* é interessante, pois abre uma possibilidade de estudar sistemas já existentes e propor adequações para outras realidades urbanas.

2.2. O TRANSPORTE COLETIVO COMO SOLUÇÃO

As definições de mobilidade urbana sustentável tendem a adoção do transporte coletivo, que Ferraz e Torres (2004) definem um modo social e democrático de propor a mobilidade urbana sustentável. O transporte coletivo urbano é definido por Borges (2006) como um transporte público não individual, realizado em áreas urbanas, com características